



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 104/2026

**PREGÃO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MEI, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (nos respectivos itens exclusivos e nas cotas reservadas, observadas as regras do presente Edital).**

O **MUNICÍPIO DE MARAVILHA**, do Estado de Santa Catarina, através da Ordenadora de Despesas, Senhora Secretária de Educação e Cultura, **ILOENE TEREZINHA WENDT KAFER**, da Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, observado as condições e especificações constante no presente edital, e seus anexos.

O presente edital está regido pela Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal n. 1.058, de 15 de dezembro de 2023.

<b>Órgão Gerenciador:</b> Município de Maravilha/SC
<b>Critério de Julgamento:</b> Menor Preço por Lote
<b>Objeto:</b> Contratação de empresas para a prestação de serviços compreendendo: <b>Lote 01:</b> Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP e <b>Lote 02:</b> Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas, para o Município de Maravilha/SC e atendimento das demandas das Secretarias e Departamentos Municipais.
<b>Plataforma Eletrônica:</b> <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> – Acesso identificado
<b>Pedidos de Esclarecimentos e/ou Impugnações:</b> Através da plataforma eletrônica Portal de Compras Públicas
<b>Recebimento das Propostas:</b> Das 08h00min do dia 25 de maio de 2026 até às 08h e 00min do dia <b>11 de junho</b> de 2026
<b>Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):</b> <b>11 de junho</b> de 2026 às 08h e 15min, através do Portal de Compras Públicas
<b>Local:</b> Todos os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na plataforma eletrônica ( <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ).

### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação visa à: Contratação de empresas para a prestação de serviços compreendendo: Lote 01: Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP e Lote 02: Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas, para o Município de Maravilha/SC e atendimento das demandas das Secretarias e Departamentos Municipais.



## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, cadastradas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital, seus anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área em questão.

**2.2.** A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos.

**2.3.** Como requisito para participação no pregão, a empresa deverá possuir cadastro junto a plataforma eletrônica que será realizado o certame, bem como, em campo próprio do sistema deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e, que sua proposta está em conformidade com os termos do edital e seus anexos.

**2.3.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e na legislação vigente.

**2.4.** Não poderão disputar licitação direta ou indiretamente:

**2.4.1.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**2.4.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**2.4.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de participar da licitação em decorrência de registro junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e/ou CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal. O impedimento também é aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.4.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.4.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**2.4.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**2.4.7.** A não observância das vedações desta cláusula e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**2.4.8.** A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**2.4.9.** O processo licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

**3.1.** Decairá do direito de pedir esclarecimento ou impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, cabendo ao Ente Público Municipal respondê-lo em até 03 (três) dias úteis contados do recebimento do pedido (*limitado ao último dia útil anterior à data da abertura*), podendo ser auxiliado por profissional técnico da área pertinente ao objeto ora licitado.

**3.2.** Os pedidos de esclarecimento ou impugnação ao edital deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** através da **Plataforma Eletrônica** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), **NÃO** sendo aceitos pedidos encaminhados via endereço eletrônico (E-mail).

**3.3.** Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido (*na mesma forma de divulgação inicial*), exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**3.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações serão divulgadas na plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

### 4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

**4.1.** Os interessados em participar do certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do usuário, obtidas junto ao portal de compras públicas.

**4.2.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto a plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais que escolher participar.

**4.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao Ente Público Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.4.** Todos os custos decorrentes do credenciamento na plataforma eletrônica serão de responsabilidade do licitante.



## 5. DA PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

**5.1.** A proposta de preços deverá ser cadastrada exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), até a data e horário estabelecidos neste edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**5.2.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública não caberá desistência da proposta ofertada.

**5.3.** A proposta a ser cadastrada deverá conter obrigatoriamente:

**5.3.1. PREÇO UNITÁRIO** e o **PREÇO TOTAL** do item, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a virgula.

**5.3.2. MARCA/FABRICANTE, MODELO e DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM** (quando houver necessidade).

**5.3.3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação.

**5.4.** A empresa proponente deverá observar rigorosamente a descrição e a unidade de fornecimento do objeto, tendo que, este estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

**5.5.** Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, fornecimento do objeto no local indicado nos projetos, encargos sociais, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais que se fizerem necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

**5.6.** Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos a proposta será desclassificada.

**5.7.** Em caso de desclassificação da proposta, esta será fundamentada e registrada na plataforma eletrônica, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

**5.8.** O(A) pregoeiro (a) poderá, caso julgar necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos, realizando diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigindo a comprovação pelos licitantes.

**5.9.** Não serão aceitos objetos com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste edital.

**5.10.** A licitante deverá declarar, em campo próprio da plataforma eletrônica, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

**5.11.** As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar em campo próprio da plataforma eletrônica. Caso a empresa NÃO assinale, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.11.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.



5.12. O licitante que cadastrar sua proposta de preços terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

5.13. Fica vedada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, exceto quando esta for fabricante do objeto e a identificação da marca se fizer necessária para fins de apuração do atendimento às características do item ora licitado.

5.14. O(A) pregoeiro(a) poderá convocar o profissional técnico pertinente ao objeto ora licitado para auxiliar na tomada de decisões que se fizerem necessárias no decorrer do certame.

5.15. A apresentação de proposta implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além do dever de cumpri-las.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que:

6.2.1. contiverem vícios insanáveis.

6.2.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital.

6.2.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou que, ao final da etapa de lances, permanecerem acima do valor de referência/orçamento máximo estabelecido para a contratação. Ressalva-se que, para fins de classificação inicial, serão admitidas propostas acima do valor de referência, desde que os licitantes reduzam seus preços na fase competitiva, de modo que a proposta final vencedora não ultrapasse o limite fixado no edital.

6.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município de Maravilha.

6.2.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.3. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, além de solicitar, em sede de diligências, a complementação de informações que julgar necessárias para o bom andamento do certame.

6.4. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.5. Somente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) participarão da etapa de envio de lances.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

6.7. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.8. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, consideram-se como vencedores os valores obtidos na etapa de propostas.



## 7. DO ENVIO DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica.

7.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o valor total do lote, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pela plataforma eletrônica.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma eletrônica.

7.4. Durante a sessão pública a licitante será informada em tempo real do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5. A etapa de lances da sessão pública será no modo de **disputa aberto** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.5.3. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente.

7.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta.

7.5.5. Após o reinício previsto no item 7.5.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.5.6. Encerrada a etapa de que trata o item 7.5.5, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7.5.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.7.1. Quando exauridas as hipóteses do item 7.5.7, o desempate dar-se-á através de sorteio online previamente agendado pelo chat do portal de compras públicas.

7.6. Durante o modo de disputa aberto, se algum licitante de forma equivocada, ofertar um lance com valor inexequível poderá solicitar o cancelamento deste, em campo próprio na plataforma eletrônica, sendo analisado pelo(a) agente de contratação o seu deferimento.

7.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.8. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



**7.9.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**8.1.** Encerrado prazo disposto no item 7 deste edital, será observado os termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, conforme segue:

**8.1.1.** Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 05% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

**8.1.2.** O disposto no subitem acima somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**8.1.3.** Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, situação em que passará a condição de primeira colocada.

**8.1.4.** Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, serão convocadas as remanescentes que porventura também se enquadrem na hipótese do item 8.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.1.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no subitem 8.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.1.6.** Quando não houver nova proposta de preços nos termos previstos nos itens 8.1.2 e 8.1.3, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar, desde que, atendam as demais exigências dispostas neste edital.

**8.2.** Somente terão direito aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas que a declararem no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

**8.2.1.** Para a etapa de habilitação, as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar documento que comprove esta situação, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais normativas e legislações vigentes, conforme disposto no subitem 10.8.

## **9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO**

**9.1.** Encerrada a etapa de lances, qualquer licitante durante o prazo de 15 (quinze) minutos, em campo próprio da plataforma eletrônica, poderá manifestar a intenção de recorrer ao que se refere a etapa de análise das propostas e etapa de lances, que será registrada resumidamente em ata.

**9.2.** A intenção de recurso será apreciada pelo(a) pregoeiro(a) ao final do certame quando referir-se-á aos documentos de habilitação das empresas proponentes.

**9.3.** Para julgamento da proposta, o (a) pregoeiro (a) poderá solicitar diligência ao primeiro colocado visando esclarecer informações para o bom andamento do certame.



**9.4.** O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, identificar e corrigir erros ou falhas que não comprometam a substância das propostas, realizar diligências para esclarecimento, complementação ou correção de documentos e informações, sempre que necessário e possível, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes. As diligências realizadas e as correções efetuadas terão validade e eficácia para fins de classificação, desde que não alterem as condições essenciais das propostas apresentadas.

**9.5.** Definido o resultado do julgamento, o (a) pregoeiro (a) solicitará negociação ao primeiro colocado, para obter condições mais vantajosas para a Administração.

**9.5.1.** Fica facultado a(o) pregoeiro (a), a negociação com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Município de Maravilha.

**9.5.2.** A negociação será realizada por meio da plataforma eletrônica e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de qualquer situação levantada ao decorrer do julgamento, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

**9.7.** A plataforma eletrônica (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>) disponibilizará as atas e relatórios que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

## **10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

**10.2.** O licitante vencedor deverá cadastrar através da plataforma eletrônica no prazo máximo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do(a) agente de contratação. Ainda, os documentos exigidos deverão ser apresentados exclusivamente em arquivo único, contendo todos os documentos devidamente inseridos e organizados.

### **10.3. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

**I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor consolidado ou acompanhado de todas as alterações posteriores (de acordo com as exigências do Código Civil).** No caso de sociedades comerciais ou sociedade por ações, faz-se necessário também os documentos de eleição de seus administradores. E ainda em casos de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

**II. Declaração** da proponente de que: Não pesa contra si inidoneidade; Não emprega menor; Cumpre plenamente aos requisitos de habilitação; Cumpre as exigências de reserva de cargos; Da integralidade de custos. (modelo **anexo II**).

**III. Declaração** da proponente contendo os dados bancários, dados do representante legal, endereço eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

Preço e/ou contrato, recebimento da autorização de fornecimento, ordem de início dos serviços e demais documentos (modelo **anexo III**).

**IV. Declaração** da proponente de que, não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público até o terceiro grau, conforme § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (modelo **anexo V**).

**V.** Para o **LOTE 02**, o licitante deverá apresentar, ainda, declaração de que dispõe de autorização da Anatel para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, abrangendo as modalidades local e longa distância nacional, na área de prestação que inclua o Município de Maravilha/SC, em conformidade com a regulamentação do setor de telecomunicações, **(devendo apresentar a autorização, no momento da assinatura do contrato)**.

### 10.3.1. Da habilitação fiscal, social e trabalhista:

**I. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**

**II. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**III. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**IV. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS,** que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**V. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;**

### 10.3.2. Da habilitação econômico-financeira:

**I. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais,** limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**II. Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**III. Demonstrativo da capacidade econômico-financeira** através dos índices discriminados nas fórmulas a seguir:

$$\text{a) } LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1$$

Onde:

LG = Liquidez Geral



AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a longo Prazo

$$\text{b) } LC = \frac{AC}{PC} \geq 1$$

Onde:

LC = Liquidez Corrente  
AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante

**IV. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil** da empresa, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no inciso anterior.

#### 10.3.3. Habilitação técnica para o LOTE 1:

I. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou está executando satisfatoriamente serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância de cada lote, conforme abaixo especificado:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO MÍNIMA ATRAVÉS DE ATESTADO
1. Instalação, configuração e manutenção/assistência técnica de sistema PABX IP (ou equivalente em tecnologia VoIP)	180 (cento e oitenta) Ramais IP
2. Gerenciamento e suporte técnico continuado de infraestrutura de telefonia IP/PABX IP	<b>12 (doze) meses</b> , consecutivos ou não

- a) A exigência de quantitativo mínimo de 180 ramais IP (45% do total) é proporcional e adequada, pois visa assegurar que o licitante detenha experiência operacional suficiente para a implantação e gestão de um sistema de porte compatível com a necessidade do Município, que atende diversas Secretarias e Departamentos Municipais.



#### 10.3.4. Do profissional responsável técnico

I. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior ou técnico com formação na área de Tecnologia da Informação, Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia de Telecomunicações ou área correlata, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto do Lote 01.

II. **Comprovação de vínculo empregatício do profissional responsável técnico, devendo apresentar o vínculo, no momento da assinatura do contrato** e se dará da seguinte forma:

- a) Ficha de Registro de Emprego e Carteira de Trabalho (com Contrato Anotado);
- b) Contrato de Prestação de Serviço;
- c) Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- d) Em se tratando de sociedade por ações, comprovar ser acionista, através do Termo de Transferência ou Aquisição de Ações;

#### 10.3.5. Habilitação técnica para o LOTE 2:

I. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou está executando satisfatoriamente serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância de cada lote, conforme abaixo especificado:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO MÍNIMA ATRAVÉS DE ATESTADO
1. Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades local e longa distância nacional (intra-regional e/ou inter-regional), com fornecimento de entroncamento SIP Trunking (ou equivalente)	25 (vinte e cinco) linhas/troncos
2. Prestação continuada do serviço de STFC	12 (doze) meses, consecutivos ou não

a) A prestação de STFC com troncos SIP exige que o licitante possua **autorização vigente da ANATEL** para exploração do serviço, além de experiência comprovada na operação de entroncamento digital/SIP. O quantitativo mínimo de 25 troncos (menos de 50%) é proporcional à demanda e visa garantir a capacidade operacional do prestador.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**10.4.** Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome e CNPJ da empresa emitente;
- b) Nome e CNPJ da empresa executora dos serviços;
- c) Descrição dos serviços executados, com indicação das quantidades, prazos e características técnicas;
- d) Declaração expressa de que os serviços foram ou estão sendo executados satisfatoriamente.
- e) Todo o pessoal envolvido na execução direta dos serviços deverá possuir vínculo empregatício formal e devidamente comprovado com a empresa contratada, em conformidade com a legislação trabalhista vigente, **cuja comprovação poderá ser apresentada quando da assinatura do contrato**, podendo ser comprovado através de: Ficha de Registro de Empregado e Carteira de Trabalho (com Contrato Anotado); Contrato de Prestação de Serviço; Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- f) Será admitida a soma de atestados para fins de comprovação das exigências de qualificação técnico-operacional, desde que os serviços descritos sejam compatíveis com as parcelas de maior relevância indicadas neste edital.

**10.5.** Os licitantes que concorrerem a **ambos os lotes** deverão apresentar a documentação de habilitação técnica exigida para cada lote individualmente.

**10.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar (além da documentação disposta no item 10), os seguintes documentos:

**10.6.1.** Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 06 (seis) meses da data de apresentação da proposta.

**10.7.** A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**10.8.** A não apresentação dos documentos de que trata o item 10.6, leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.

**10.9.** As microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar documento que comprove esta situação, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais normativas e legislações vigentes.

**10.10.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.10.1.** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da proponente microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

administração pública, para a regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**10.10.2.** Não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração).

**10.11.** Os documentos deverão ser encaminhados via plataforma eletrônica:

**10.11.1.** Todos os documentos que integram o presente processo/contrato deverão ser devidamente assinados digitalmente, admitindo-se, para fins de validade jurídica e administrativa, tanto a certificação digital emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, quanto outras modalidades de assinatura eletrônica aceitas pelos órgãos da Administração Pública, a exemplo da plataforma gov.br, desde que garantida a autoria, integridade e validade do documento, em conformidade com a Lei nº 14.063/2020 e demais normas aplicáveis; ou

**10.11.2.** Digitalizado quando não for documento com certificação digital. Poderá o pregoeiro, a fim da confirmação da veracidade das informações, solicitar diligência para atestar a autenticidade do referido documento.

**10.12.** Os documentos obtidos através da rede **mundial de computadores (Internet) serão aceitos e considerados como originais, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade na fase de habilitação.**

**10.13.** As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiver dispensada da apresentação de determinado documento de habilitação, deverá apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

**10.14.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em determinado órgão em substituição aos documentos exigidos para a habilitação no certame.

**10.15.** Toda a documentação deverá ser apresentada contendo o CNPJ da empresa licitante (se matriz, apresentar documentos contendo o CNPJ da matriz ou quando filial apresentar os documentos contendo o CNPJ da filial), exceto aqueles que somente são emitidos através do CNPJ da matriz.

**10.16.** As empresas proponentes devem se atentar no momento do cadastro da documentação para inserir somente os documentos solicitados no edital.

**10.17.** Após o cadastro dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**10.17.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**10.17.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.18.** O contratante poderá, de ofício, diligenciar em sítios eletrônicos oficiais para fins de atendimento ao previsto no item 10.16.

**10.19.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.



## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** Encerrada a fase de julgamento e habilitação, qualquer licitante durante o prazo de 15 (quinze) minutos, em campo próprio da plataforma eletrônica, de imediato poderá manifestar a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata.

**11.2.** Aceita a intenção de recurso pelo(a) pregoeiro(a), as razões recursais deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis através da plataforma eletrônica, ficando as demais licitantes desde já, intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo para a defesa dos seus interesses.

**11.2.1.** Não serão aceitos recursos ou contrarrazões após o prazo definido pelo(a) pregoeiro (a) ou ainda aqueles encaminhados via endereço eletrônico (e-mail).

**11.3.** O recurso contra a decisão do(a) pregoeiro(a) terá efeito suspensivo apenas para o item/lote sob recurso.

**11.3.1.** A falta de manifestação na sessão pública importará decadência do direito de recurso, estando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**11.4.** O recurso deverá ser dirigido a(o) pregoeiro(a), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, o qual com acompanhamento do órgão de assessoramento jurídico proferirá sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.5.** O acolhimento do recurso pela autoridade superior importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.6.** A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de publicação no Portal de Compras Públicas.

**11.7.** Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## 12. DA CONTRATAÇÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

**12.1.** Após a adjudicação e homologação do processo licitatório, o Município convocará o adjudicatário, por meio de endereço eletrônico (e-mail) ou por outras formas de convocação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, proceda à assinatura do Contrato.

**12.2.** O contrato deverá ser assinado por meio de certificação digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**12.3.** É facultado ao contratante, quando o adjudicatário convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

**12.4.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades constantes neste edital e na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.5.** O contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, conforme os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



**12.6.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.7.** Os preços contratados serão fixos e irredutíveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado que deu origem à licitação, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

**12.7.1.** Após o transcurso desse prazo, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, acumulado no período.

**12.7.2.** O reajuste, se concedido, não terá efeitos retroativos à data anterior ao protocolo do pedido, e somente será aplicado após análise e autorização expressa da Administração.

### 13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

**13.1.** O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**13.1.1.** Unilateralmente pelo Município de Maravilha:

**13.1.1.1.** se houver modificação no projeto ou nas especificações, para melhor adequação técnica de seus objetivos;

**13.1.1.2.** se for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.1.2.** Por acordo entre as partes:

**13.1.2.1.** se for necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**13.1.2.2.** se for necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**13.1.2.3.** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**13.2.** Nas alterações unilaterais a que se refere o item 13.1.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**14.1.** Para o eventual descumprimento das normas deste edital e/ou contrato e/ou porventura, de conduta ilícita, a fim de se identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão da penalidade cabível, serão incluídas no edital as Sanções



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

passíveis de serem aplicadas, sendo que conforme dispõe o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**14.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.1.13.** Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o Município de Maravilha poderá aplicar sanções de natureza monetária e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas insertas no edital e/ou contrato.

**14.1.14.** Poderá a Contratada ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

**14.2. De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:**

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.3. Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços ou pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta:**

I. Advertência;

II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta;

III. impedimento de licitar e contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

**14.4. Pela oferta/envio de proposta de objeto em desacordo com as especificações constantes no Edital:**

I. Advertência;

II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado em desacordo.

**14.5. Pela recusa no fornecimento do objeto nos prazos previstos em edital e contrato:**

I. Advertência;



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

- II. Multa de caráter compensatório quando aplicado os seguintes percentuais:
  - a) na razão de 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.
  - b) na razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.
- III. impedimento de licitar e contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

### **14.6. Pelo atraso no fornecimento do objeto, considerando os prazos exigidos no Edital:**

- I. Advertência;
- II. Multa de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega da execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:
  - a) na razão de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
  - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- III. impedimento de licitar e contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

### **14.7. Pela entrega do objeto em desacordo com os termos do Edital:**

- I. Advertência;
- II. Multa na razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto fornecido em desacordo;
- III. impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

### **14.8. Por causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual:**

- I. Advertência;
- II. Ressarcimento ao erário;
- III. Multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto;
- IV. impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

### **14.9. A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser executada mediante:**

**14.9.1.** Quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

**14.9.2.** Desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

**14.9.3.** Desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

**14.9.4.** Procedimento judicial.

**14.10.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**14.11.** A sanção de Suspensão consiste no impedimento temporário de participar de licitações e de contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo que o Ente Público Municipal fixar, tendo sido arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observando o limite temporal de até 3 (três) anos, respeitando a razoabilidade e proporcionalidade.

**14.12.** Declaração de inidoneidade é a sanção aplicada ao licitante ou contratado, que os impede de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.13.** A sanção relativa a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada em qualquer das infrações administrativas, dependendo da gravidade dos fatos, conforme dispõe o Art. 156, § 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**14.14.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**14.15.** No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o Município de Maravilha informará os dados relativos às sanções por ele aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**15.1.** O Município de Maravilha poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**15.3.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

**15.4.** O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

**15.5.** Detalhes não citados referentes ao fornecimento do objeto, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

**15.6.** O(A) Pregoeiro(a) e equipe designados para julgar a presente licitação terão autonomia para analisar todos os casos omissos, interpretar e dirimir as dúvidas que, por



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

ventura, possam surgir, bem como aceitar ou não qualquer interpelação por parte dos participantes.

**15.7.** A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

**15.8.** É facultado ao Servidor da Administração Pública ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**15.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.10.** A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**15.11.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de Maravilha - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**15.12.** As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 123, de 2006.

**15.13.** O julgamento da licitação por lote é uma estratégia que visa facilitar a gestão dos contratos, garantindo que um único fornecedor execute os serviços por lote. Isso é especialmente importante devido à complexidade envolvida na divisão do objeto da licitação, que, neste caso, refere-se à prestação de serviços. Essa abordagem pode ajudar a manter a qualidade e a eficiência na execução dos serviços contratados, conforme demonstrado em Estudo Técnico Preliminar.

**15.14.** Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Declaração da proponente de que: não pesa contra si inidoneidade; não emprega menor; cumpre plenamente aos requisitos de habilitação; cumpre as exigências de reserva de cargos; da integralidade de custos;

Anexo III – Declaração de dados bancários e dados dos responsáveis;

Anexo IV – Declaração de Enquadramento Receita Bruta;

Anexo V – Declaração de ausência de vínculo;

Anexo VI – Minuta do Contrato Administrativo.

Maravilha/SC, 21 de maio de 2026.

**ILOENE TEREZINHA WENDT KAFER**  
Secretária de Educação e Cultura



MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC  
CIDADE DAS CRIANÇAS

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto consiste na **Contratação de empresas para a prestação de serviços compreendendo: Lote 01: Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP e Lote 02: Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas, para o Município de Maravilha/SC e atendimento das demandas das Secretarias e Departamentos Municipais.**

LOTE 01						
Exclusivo ME/EPP	Item	Un	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
Exclusivo ME/EPP	01	Un	12	Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP.	R\$ 8.960,00	R\$ 107.520,00
<b>Valor total: R\$ 107.520,00</b>						

LOTE 02						
Exclusivo ME/EPP	Item	Un	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
Exclusivo ME/EPP	01	Un	12	Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas.	R\$ 3.572,25	R\$ 42.867,00
<b>Valor total: R\$ 42.867,00</b>						

1.2. Os referidos objetos são classificados como serviços comuns.

1.3. A divisão da contratação em lotes distintos justifica-se pela natureza específica e especializada dos serviços que compõem a solução de telefonia, permitindo maior competitividade no certame e ampliando a participação de empresas atuantes em segmentos distintos do mercado de telecomunicações. Embora os serviços possuam



integração operacional, o Lote 01 refere-se à solução de PABX IP, gerenciamento e suporte dos ramais IP, enquanto o Lote 02 contempla os serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC, com fornecimento de linhas telefônicas em tecnologia SIP Trunking e portabilidade numérica, os quais possuem características técnicas, operacionais e comerciais próprias. A adoção de lotes distintos possibilita que empresas especializadas em cada área possam participar do procedimento licitatório, promovendo maior competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a funcionalidade e a integração da solução de comunicação institucional.

**1.4.** Os quantitativos totais dos itens ora licitados foram estimados com base na demanda histórica e na utilização atual dos serviços pelo Município de Maravilha.

**1.5. LOTE 01 – Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP:**

**1.5.1.** A prestação de serviço referente ao lote 01 deverá abranger alguns principais requisitos, sendo eles:

**PABX IP:**

**a)** A empresa contratada, deverá fornecer software de PABX IP, ficando responsável pela instalação, configuração e gerenciamento de 01 PABX IP e configuração e instalação de telefones IP(ramais) de propriedade da Prefeitura nos setores administrativos, conforme a solicitação da administração municipal. Os sistemas de gestão de telefonia PABX IP deverá ser baseado em ASTERISK, que é um software livre, de código aberto;

**b)** A PABX IP, será instalado fisicamente no hardware da contratante, onde estará disponível software de virtualização (oracle virtualbox) com as configurações de hardware disponível: Processador Intel Xeon E5-2620(4 núcleos), Memória 16GB RAM, HD 500 GB e 01 Placa Ethernet 1000 Mbps. Será disponibilizado pela contratante Link de Internet 50 Mbps para tráfego de voz; 01 IP Público para acesso externo e liberação de portas no firewall, conforme necessidade da contratada que será definido no plano de implantação na reunião inicial entre a Prefeitura e o Fornecedor de PABX IP;

**c)** A PABX IP deverá comportar no mínimo 400 ramais IP ou superior / 100 linhas telefônicas digitais com troncos SIP Trunking ou superior;

**d)** A contratada entregará software PABX IP, para configuração de central telefônica IP, devendo ser em português, com interface WEB. A implantação, configuração e parametrização do sistema de gerenciamento WEB para o controle dos ramais, rotas de entrada e saída, relatórios diversos.

**e)** A PABX IP deverá ter as funções: Alterações em Real-Time sem necessidade de reiniciar o servidor; Flexibilidade de configuração e escalabilidade; Os relatórios poderão ser customizáveis conforme a necessidade da contratante e deverão ser em português. Deverá haver relatórios que apresentam de forma resumida informações de uso da solução, tais como: Número de usuários; Número de aparelhos em serviço; Quantidade de ramais; Tempo total das chamadas efetuadas e recebidas; Relatório de chamadas; Disponibilizar relatório detalhado das chamadas informando data/hora, origem da chamada, destino da chamada, duração, tipo da chamada (atendida, não atendida ou ocupada). Sala de Conferência; Proteção com senha de acesso para PABX IP; Notificação visual de mensagens através do display para telefones IPs ou



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

SoftPhones; Programação “noturna”; Programação por horário; Sistema de Autoatendimento ( Resposta Audível (URA) / Conferência de áudio / Criação centralizada de usuários (SIP / IAX) / Gerenciamento de rotas ) Registro detalhado das ligações (Sistema de bilhetagem para controle financeiro / Interoperabilidade com diferentes padrões de VoIP); Administração de cadastros (Ramais / Grupos de Ramais / Filas de Atendimento / Troncos / Centro de Custos); Monitoramento de ambiente (Monitoramento Sistema / Status do PABX / Consumo de recursos de hardware / Estatísticas gerais de Operação); Monitoramento de operações (Status de Ramais / Status de Ligações em curso / Status Troncos); Música de espera / Música de transferência; Identificador de chamadas; Bloqueio de chamadas; Redirecionamento da ligação se estiver ocupado; Redirecionamento da ligação se não atender em “x” segundos; Plano de numeração flexível de 3 ou 4 dígitos dos Ramais IP, conforme a necessidade da prefeitura; Transferência de chamadas (Siga-me incondicional, ocupado, não atendimento); Direcionamento automático de chamadas externas para ramal; Estacionamento de chamadas Captura de chamadas por Grupo / Ramal; Grupo de chamadas; Painel de Operadora; Não perturbe; Bloqueio de ligações DDI, DDD, 0800, 0900, etc, sem a necessidade de bloqueadores externos, conforme a necessidade da prefeitura; Deverá possuir sistema de atendimento automático, sendo possível a criação de menus e submenus; A URA deverá comportar ilimitados níveis de atendimento e ter as funções: (Dar a opção de voltar ao início ou a um nível anterior do menu / Permitir que o áudio de determinadas mensagens seja reproduzido de acordo com o horário, como por exemplo, mensagens de bom dia, boa tarde, boa noite, etc). Painel para telefonistas, com interface WEB para gerenciamento contendo as funções: Monitoramento em REALTIME para ramais/troncos SIP, IAX, DAHDI, Khomp e outros / Estatísticas das filas de atendimento, lista dos membros de cada fila e lista de chamadas em espera / Originação de chamadas / Transferência de chamadas / Desligar chamadas / Estacionar chamadas / Convidar usuários ou números para fazer Conferência / Expulsar usuários nas conferências / Adicionar Usuário como membro de qualquer fila / Remover membros de qualquer fila / Pause/Unpause de membros das filas.

**f)** A solução para PABX IP, deverá ser compatível com SIP Trunk. Ficando possível realizar troca de operadora de telefonia, durante a vigência do contrato, caso necessário, sem custos adicionais de configurações a contratante;

**g)** A PABX IP deverá permitir múltiplas chamadas entrantes e saintes, especialmente nos ramais utilizados pela equipe de telefonia, que será definida no plano de implantação, definido na reunião inicial entre a PREFEITURA e o FORNECEDOR;

**h)** A solução PABX IP deve permitir a observação dos dados de tráfego, possibilitando a medição dos registros entrantes e saintes por ramais, em forma de relatórios, para análise de custos, ocupação dos canais e ramais, duração de chamadas, avaliação da carga de serviço em períodos específicos.

**i)** A PABX IP deverá ser compatível com a tecnologia DDR (Discagem Direta a Ramal) para todos os ramais, independente de sua localização física.

**j)** O serviço deverá ser compatível com ferramenta “softphone” própria ou gratuita, tornando-se parte da solução que será contratada, portanto com suporte



garantido pelo FORNECEDOR. O aplicativo softphone deverá ser compatível com as seguintes plataformas: Windows, Linux, Android e iOS.

**k)** Caso a contratante solicitar gravações de chamadas, a mesma será realizada pelo portal WEB, disponível com as seguintes opções (De nunca gravar; Gravar apenas ramais específicos; Gravar todas as ligações; A solução deverá permitir a configuração de um anúncio, informando que a chamada está sendo gravada);

**l)** A PABX IP poderá ter opção para integração com APIs de sistema de terceiros, visando gestão para consulta de relatórios de chamadas e gravações.

**Implantação, Configuração e Assistência Técnica:**

**a)** Após definido o plano de implantação, a inserção da solução PABX IP deverá ser realizada no máximo em 2 (dois) dias úteis, entregando-a em perfeito estado de funcionamento. E após será seguindo o cronograma para configuração e instalação de ramais telefones IP, conforme definido pela administração municipal, a contratada tem o prazo máximo de 7 (sete) dias uteis, para ativação de todos os ramais solicitados. Durante a implantação, a contratada deverá realizar testes de operação para ramal IP, e também teste de ligações entrante e sainte com a operadora, com o intuito de deixá-las em perfeito estado de funcionamento. Também repassar informações básicas para usuário do ramal como efetuar ligações, transferir ligações, mudar toque de som e outras informações básicas do aparelho telefônico IP.

**b)** O Backup da PABX IP, será de responsabilidade da empresa contratada;

**c)** Durante todo o período do contrato haverá a garantia das configurações dos serviços, não havendo incidência de custos adicionais e/ou cobranças extras pelas eventuais configurações e ajustes necessários pela contratada.

**d)** Serviço de Assistência Técnica: A contratada poderá realizar a assistência técnica remota, quando necessário. Os serviços de assistência técnica que necessitarem ser executados no local deverão ser comunicados com antecedência para que a equipe de TI providencie agendamento no local e liberação do acesso.

**e)** A instalação, configuração, gerenciamento e atendimento técnico será somente permitido a funcionários da empresa contratada, não sendo permitido a terceirização de serviços;

**f)** Ficam a cargo da contratada, todas as despesas com o envio/recebimento/assistência, acessórios, despesas de locomoção ou insumos empregados para a assistência técnica.

**g)** É facultado a contratada realizar visita presencial a contratante, de no mínimo 01 (uma) vez mensal para executar revisões gerais, ajustes e outros serviços que julgar necessário de no mínimo 02 (duas) horas mensais.

**h)** A contratada deverá disponibilizar um Portal WEB, possibilitando a contratante a criação e registro de chamados, bem como acompanhamento;

**i)** Treinamento deverá ser executado para Telefonistas e Setor de Informática, repassando informações para administrar e operacionalizar de forma correta a solução da tecnológica PABX IP fornecida, pela contratada.

**j)** Os operadores deverão estar aptos a criar e configurar novos ramais via gerenciamento WEB, com todas as funcionalidades disponíveis, além de gerar relatórios e acompanhar o monitoramento de ramais e troncos SIP Trunk;



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

- k) O treinamento deverá ser realizado durante a fase de implantação da solução e repetido a cada mudança tecnológica do software ou equipamentos.
- l) O suporte com acesso à equipe técnica especializada na hora do dia ou da noite das 07h00min às 22h00min para solução de problemas;
- m) Disponibilizar um número de telefone para suporte técnico diretamente com responsável pelas configurações e gerenciamento da PABX IP, sem passar por fila de espera ou whatsapp robotizado.
- n) SLA: Conectividade 24x7 - A empresa contratada garante que a solução PABX IP estará disponível durante 99,5% do tempo em cada mês.
- o) Sendo que o tempo de inatividade é contabilizado a partir da abertura do chamado técnico até a normalização do link.
- p) Manutenções Programadas: Não são contabilizadas como indisponibilidade, desde que comunicadas com 48h de antecedência e realizadas em janela de manutenção (ex: 00:00 às 06:00).
- q) Tempos de Resposta e Solução (MTTR):

Severidade	Descrição	Resposta Inicial	Tempo de Solução
<b>Crítica</b>	PABX Totalmente offline, queda de Tronco SIP ou falha no servidor principal.	Até 20 min	Até 4 horas
<b>Alta</b>	Grupos de ramais específicos sem sinal, falha em rotas de saída internacional/celular.	Até 1 hora	Até 8 horas
<b>Média</b>	Instabilidade intermitente (jitter/eco), falha em um ramal físico específico.	Até 4 horas	Até 12 horas
<b>Baixa</b>	Troca de senha, configuração de novas regras de discagem, reset de ramal comum entre outras configurações	Até 12 horas	Até 24 horas

- r) Valores para contratação licença de uso de PABX IP e Telefones IP(Ramais): Os valores serão pagos de forma mensal, para cada ramal IP ativado, e serão ativos conforme necessidade da administração municipal, conforme quantidades abaixo especificadas.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

- s) Os aparelhos telefônicos IP (marcas: intelbras, grandstream, fanvil) são de propriedade da prefeitura e a empresa contratada deverá instalar, configurar e gerenciar os aparelhos telefônicos.
- t) Os locais de ativação de ramais IP serão em perímetro urbano e área industrial, compreendendo todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura de Maravilha, sendo:

1	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 RAMAIS IP
2	SECRETARIA DE SAÚDE	100 RAMAIS IP
3	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO	75 RAMAIS IP
4	SECRETARIA SOCIAL	65 RAMAIS IP
5	SECRETARIA DE OBRAS	10 RAMAIS IP
6	SEC. INDUSTRIA E COMERCIO	10 RAMAIS IP
7	DEPARTAMENTO DE CULTURA	10 RAMAIS IP
8	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	10 RAMAIS IP
9	SECRETARIA AGRICULTURA	20 RAMAIS IP
<b>Total 400 Ramais</b>		

### Responsabilidade técnica da contratada:

- a) PABX IP: ficando responsável pela instalação, configuração e gerenciamento de 01 PABX IP e configuração e instalação de telefones IP(ramais) de propriedade da Prefeitura nos setores administrativos, serão ativos conforme necessidade da administração municipal, conforme quantidades acima.
- b) Implantação, Configuração e Assistência Técnica presencial e remota, quando necessário, para PABX IP e Ramais IP;
- c) A contratada é integralmente responsável pela manutenção e configuração da PABX IP e de todos os ramais telefones IP, garantindo-lhes o bom estado de funcionamento.

### **1.6. LOTE 02 – Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas:**

**1.6.1.** A prestação de serviço referente ao lote 02 deverá abranger alguns principais requisitos, sendo:

#### **PABX IP:**

- a) Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade LOCAL (fixo-fixos), LDN – Longa Distância (fixo-LDN), VC1, VC2, VC3 (fixo-móvel) e LDI – Longa Distância Internacional (fixo-fixos e fixo-móvel) com fornecimento de troncos SIP Trunkig, incluindo a instalação, configuração, ativação das linhas bem como o serviço de 0800 quando existir e solicitado pelo Contratante.
- b) A contratada deverá executar a portabilidade de todos os números telefônicos instalados atualmente conforme lista abaixo especificada, além de outros que tiverem sua



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

inclusão neste certame; mantendo o Prefixo, de acordo com as regras de PORTABILIDADE numéricas vigentes, emanadas da ANATEL.

**c)** A contratante poderá fazer ligação para números tridígitos (ex: 191, 192, 193), sem interrupções de sinal ou perda da qualidade.

**d)** Todas as linhas telefônicas SIP serão ofertadas na modalidade de ligações ilimitadas FIXO-LOCAL, FIXO-LDN, VC1, VC2 e VC3 (fixo-móvel).

**e)** A contratada deverá oferecer troncos com interface SIP Trunking, e o formato de sinalização da linha em formato SIP Trunking.

**f)** A contratada deve fazer a ativação e integração das linhas digitais com troncos SIP Trunking, em conjunto com a empresa mantenedora dos PABX Virtual (ex: asterisk, issabel), como também quando existir fazer a ativação de registro das linhas, nas PABX de propriedade da prefeitura.

**g)** SLA: Conectividade 24x7 para todo o ano, SLA de 99,5% do tempo em cada mês, com monitoramento proativo, garantido o nível de qualidade no serviço oferecido de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC.

**h)** A contratada deverá possuir suporte (fone/presencial quando necessário) nos horários disponíveis 07h00min até 22h00min, sete dias por semana, todos os dias do ano;

**i)** A contratada deverá disponibilizar um Portal WEB, possibilitando a contratante a criação e registro de chamados, bem como acompanhamento dos mesmos. Disponibilizar um número de telefone para suporte técnico diretamente com responsável pelas configurações de linhas telefônicas, sem passar por fila de espera ou whatsapp robotizado.

**j)** Possibilidade de bloquear ligações internacionais.

**k)** A contratada deverá fornecer mensalmente relatórios gerenciais dos chamados fechados.

**l)** A cobrança das ligações telefônicas, será realizado com valor fixo para cada linha telefônica, com ligações ilimitadas para ligações telefônicas LOCAL (fixo-fixo), LDN – Longa Distância (fixo-LDN), VC1, VC2, VC3 (fixo-móvel), exceto para ligações LDI – Longa Distância Internacional (fixo-fixo e fixo-móvel), onde a contratada deve apresentar no ato da contratação o serviço do plano de tarifas LDI. As ligações internacionais não estão contempladas nas tabelas e no caso delas vir a existir a Prefeitura de Maravilha / SC, concorda em pagar o preço de mercado atualizado, cobrados pela operadora vencedora neste certame.

**m)** A empresa fornecedora do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, deverá fazer a portabilidade dos números para uma interconexão própria direta/indireta, no prazo de 07 (sete) dias, não podendo utilizar interconexão de terceiros para a entrega do serviço, bem como o faturamento deve ser originado pela mesma empresa detentora da interconexão.

**n)** A contratada deverá executar a alteração de endereço das linhas digitais, quando solicitado pelo contratante. Ativar troncos conforme necessidade da CONTRATANTE.

	SECRETARIA	LOCAL
1	ADMINISTRAÇÃO	PREFEITURA 49 3664-0044
2		PREFEITURA 49 3664-0384
3		PREFEITURA 49 3664-0392
4		PREFEITURA 49 3664-1214
5		PREFEITURA 49 3664-0755



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

6		PREFEITURA 49 3664-1563
7		PREFEITURA 49 3664-1734
8		PREFEITURA (49) 3664-0426
9		IDENTIDADES 49 3664-4600
10		SERVIÇO MILITAR 49 3664-3926
11		PROCON 49 3664-3007
12	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	INDUSTRIA E COMERCIO 49 3664-3577
13	OBRAS	SECRETARIA DE OBRAS 49 3664-0776
14		CEMITERIO 49 3664-3538
15	EDUCAÇÃO	COLÉGIO RAIMUNDO VEIT (49) 36641756
16		CRECHE SILVA EBERTZ (49) 36643518
17		COLEGIO CAIC (49) 36640503
18		COLEGIO MONTEIRO LOBATO (49) 36641035
19		CRECHE ERICA MALDANER (49) 36643505
20		CRECHE PRÓ-INFANCIA (49) 36644744
21		CRECHE PATRICIA ROMAN (49) 36643002
22		CRECHE BRANCA DE NEVE (49) 36644836
23		CRECHE CINDERELA (49) 36644278
24		CRECHE PEQUENO PRINCIPE (49) 36643309
25		CRECHE CANTINHO FELIZ (49) 36641552
26		CRECHE CRIANÇA FELIZ (49) 36641238
27		CRECHE CHAPEUZINHO (49) 36642220
28		CRECHE EXTENSÃO PEQUENO PRINCIPE 49 3664-1216
29		CULTURA (49) 36641215
30	SOCIAL	CRAS (49) 3664-3466
31		PETI (49) 3664-2288
32		CAMU (49) 3664-1894
33		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (49) 3664- 1952
34		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (49) 3664- 4062
35		CREAS (49) 3664-2286
36		CONSELHO TUTELAR (49) 3664-4049
37	SAÚDE	UBS BELA VISTA49 3664-3863
38		UBS I CENTRO 49 3664 1497
39		UBS ESTRELA (49) 3664-1107
40		SECRETARIA SAUDE – EPIDEMIOLOGIA (49) 3664-4742
41		SECRETARIA SAUDE (49) 3664-1847
42		SECRETARIA SAUDE (49) 3664-4339
43		SECRETARIA SAUDE49 3664-1394
44		SECRETARIA SAUDE49 3664-3808
45		SECRETARIA SAUDE – SALA DE VACINAS49 3664-0669



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

46		SECRETARIA SAUDE – PRINCIPAL 49 3664-1217
47		CAPS 49 36644272
48		UBS2 MARCIANI ZATT 49 3664-1284
49		UBS FLORESTA 49 3664-1396
50	AGRICULTURA	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (49) 3664-4030
51	SOCIAL	NOVA LINHA – MELHOR IDADE
52	AGRICULTURA	NOVA LINHA – MEIO AMBIENTE
53	OBRAS	NOVA LINHA – NOVO CEMITÉRIO
54	NOVA LINHA	NOVA LINHA PREFEITURA
55	NOVA LINHA	NOVA LINHA PREFEITURA

**1.6.2.** As linhas telefônicas compreenderão todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura de Maravilha, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

### **1.7. Disposições finais**

**1.8.** Compete à licitante realizar análise completa e minuciosa de todos os elementos que compõem o processo licitatório, incluindo, requisitos mínimos, especificações técnicas, custos e demais documentos e anexos disponibilizados pela Administração.

**1.8.1.** A apresentação da proposta caracteriza que a licitante examinou integralmente tais documentos e considerou, para fins de formação de preços e execução contratual, todas as condições técnicas, quantitativas e operacionais necessárias à execução do objeto.

## **2. PRAZO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário dos Municípios – DOM/SC e/ou Portal Nacional de Contratações Públicas, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último. Podendo ser prorrogado conforme disposições contidas na Lei 14.133/2021.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade, estabilidade, modernização e eficiência dos serviços de comunicação telefônica utilizados pelas Secretarias e Departamentos do Município, essenciais para o atendimento ao público, comunicação interna e execução das atividades administrativas.

## **4. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**4.1.** O presente termo de referência é elaborado de acordo com o Estudo Técnico Preliminar anexo aos autos.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**



**5.1.** A solução contempla a contratação de serviços especializados de telefonia IP e Telefonia Fixa Comutada – STFC, compreendendo a implantação, configuração, gerenciamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica e operacionalização da infraestrutura de comunicação telefônica do Município de Maravilha/SC.

**5.2.** A contratação abrange solução de Central PABX IP baseada em tecnologia Asterisk, com gerenciamento de ramais IP, integração com linhas telefônicas digitais em tecnologia SIP Trunking, suporte à portabilidade numérica, gerenciamento de chamadas, relatórios gerenciais, suporte técnico especializado e demais funcionalidades necessárias ao pleno funcionamento da comunicação institucional.

**5.3.** O ciclo de vida do objeto compreende todas as etapas necessárias para a adequada execução dos serviços, incluindo planejamento, implantação, ativação, configuração, integração dos sistemas, operação assistida, suporte técnico contínuo, manutenção, atualizações, monitoramento, gerenciamento operacional e eventual ampliação da solução, conforme necessidade da Administração Municipal.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO**

**6.1.** O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 120 (cento e vinte) meses, por se tratar de serviços e fornecimentos contínuos, conforme art. 106, 107 e 108 da Lei Federal n. 14.133/2021.

**6.1.1.** A contratação pretendida caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, cuja interrupção comprometeria a continuidade da prestação do serviço público e o atendimento do interesse público. Nesse contexto, a natureza contínua do objeto exige sua execução de forma permanente e prolongada no tempo, não se exaurindo em uma única prestação específica. Assim, a contratação demanda disponibilidade contínua da solução contratada, com necessidade recorrente e previsível pela Administração. Dessa forma, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a prorrogação contratual sucessiva até o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que demonstradas, a cada renovação, a vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a existência de dotação orçamentária.

**6.2.** Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 106, da Lei 14.133/2021.

**6.3.** A Autorização de Fornecimento (AF) para execução dos serviços será emitida pelo Município de Maravilha – SC.

**6.4.** Referente ao Lote 01, após definido o plano de implantação, a inserção da solução PABX IP deverá ser realizada no máximo em 2 (dois) dias úteis, entregando-a em perfeito estado de funcionamento. E após será seguindo o cronograma para configuração e instalação de ramais telefones IP, conforme definido pela administração municipal, a contratada tem o prazo máximo de 7 (sete) dias uteis, para ativação de todos os ramais solicitados. Durante a implantação, a contratada deverá realizar testes de operação para ramal IP, e também teste de ligações entrante e sainte com a operadora, com o intuito de deixá-las em perfeito estado de funcionamento. Também repassar informações básicas para usuário do ramal como efetuar ligações, transferir ligações, mudar toque de som e outras informações básicas do aparelho telefônico IP.



- 6.5. Referente ao Lote 02 o prazo para instalação deverá ser de 07 (sete) dias úteis.
- 6.6. A execução dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital e anexos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o órgão participante deverá designar fiscal de contrato e gestor da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, do referido diploma legal.
- 7.1.1. O disposto no tópico anterior será diretamente designado no instrumento contratual.
- 7.2. O Município de Maravilha poderá aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do órgão participante.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após recebimento da nota fiscal por parte do Município, mediante repasse direto na conta corrente da Contratada, cujos dados bancários (nº. do Banco, número da Agência com dígito e número da Conta com dígito) devem ser informados à Contratante, inseridos na própria NF ou através de documento a ela anexado.
- 8.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção do valor para o INSS e, se for o caso, do ISS e IRPJ, consoante legislação.
- 8.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 8.4. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta, sendo responsabilidade da fornecedora manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.
- 8.5. Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

## 9. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. O custo estimado total da presente licitação é de **R\$ 150.387,00** (cento e cinquenta mil e trezentos e oitenta e sete reais).
- 9.2. O custo estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante coleta e análise de orçamentos junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto. A estimativa considerou valores praticados no mercado, observando critérios de razoabilidade, compatibilidade e vantajosidade para a Administração Pública, servindo como parâmetro



para a adequada previsão orçamentária e para a condução regular do procedimento licitatório.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS E AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA NA MINUTA DO CONTRATO**

**10.1.** Manter durante a vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**10.2.** Atender a toda a legislação federal, estadual e municipal, afeta à área.

**10.3.** Substituir, conforme termos do edital e seus anexos, às suas expensas, o objeto que não se adequar às especificações exigidas.

**10.4.** Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

**10.5.** Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**10.6.** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto.

**10.7.** Não subcontratar ou terceirizar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do Município a sua aceitação.

**10.8.** Responder, sempre que solicitado pela contratante, os questionamentos referentes ao objeto.

**10.9.** Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou à terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.

**10.10.** Comunicar por escrito à contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.

**10.11.** Acatar a fiscalização do objeto contratado que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente.

**10.12.** Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência do instrumento contratual, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município.

**10.13.** Acusar o recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento/empenho, bem como de quaisquer outras notificações enviadas por endereço eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

**10.14.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor.

**10.15.** Fornecer o objeto constante na ordem de compra/autorização de fornecimento/nota de empenho/contrato ou documento equivalente.



## 11. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**11.1.** A execução dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital e anexos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

**11.2.** Os itens serão recebidos provisoriamente e definitivamente, de acordo com os termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme segue:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

(...)

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**11.3.** O objeto entregue poderá ser rejeitado pelo fiscal, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação oficial feita pelo órgão, sob pena das sanções previstas neste edital.

**11.4.** O objeto deverá ser fornecido pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

**11.5.** A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a rescisão do contrato e aplicação das sanções legais previstas.

**11.6.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

Maravilha/SC, 21 de maio de 2026.

**ILOENE TEREZINHA WENDT KAER**  
Secretária de Educação e Cultura



ANEXO II  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, **DECLARA** sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado por esse órgão público, que:

I. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, conforme dispõe a aplicação de sanções no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

( ) Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

III. Cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório. (Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva).

IV. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V. A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

---

Assinatura do representante legal da proponente  
Nome e CPF



**ANEXO III**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS E DADOS DOS RESPONSÁVEIS**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os dados bancários e dados dos responsáveis, conforme segue:

**1. Dados Bancários:**

Nome do Banco:

Cidade:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

Chave Pix:

**2. Dados do Representante Legal – Responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

**3. Dados do Responsável pelo recebimento da autorização de fornecimento, ordem de início da execução dos serviços e demais documentos pertinentes ao processo licitatório:**

Nome Completo:

Cargo ou Função:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

---

Assinatura do representante legal da proponente  
Nome e CPF



**MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC  
CIDADE DAS CRIANÇAS**

**ANEXO IV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – RECEITA BRUTA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006.

Local e data.

---

Assinatura do representante legal da proponente  
Nome e CPF



**MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC  
CIDADE DAS CRIANÇAS**

**ANEXO V  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

---

Assinatura do representante legal da proponente  
Nome e CPF



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

### ANEXO VI MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026

**MUNICÍPIO DE MARAVILHA – SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n. 82.821.190/0001-72, com Prefeitura situada na Avenida Euclides da Cunha, 60, Centro, nesse ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **VINICIUS VENTURA**, brasileiro, inscrito no Cadastro da Pessoa Física sob o n. 477.xxx.xxx-20, residente e domiciliado no Município de Maravilha – SC, adiante nomeado CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, no uso de suas atribuições legais, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, instaurado sob a modalidade de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, tanto quanto pelas cláusulas e condições do edital, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**11.7.** O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresas para a prestação de serviços compreendendo: Lote 01: Prestação de serviço de instalação, configuração, assistência e gerenciamento de 01 PABX IP + 400 Ramais IP e Lote 02: Prestação de serviço de TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, nas modalidades: LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA REGIONAL E INTER-REGIONAL, com fornecimento de troncos SIP Trunkig - 55 linhas telefônicas, para o Município de Maravilha/SC e atendimento das demandas das Secretarias e Departamentos Municipais.

**Subcláusula primeira.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Edital de Licitação;
- II. A proposta do contratado.
- III. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário dos Municípios – DOM/SC, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



**Subcláusula primeira.** O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência do Contratante, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

Fica contratado o valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), entendido este como preço justo e suficiente pela entrega do objeto licitado.

**Subcláusula primeira.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Subcláusula segunda.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados e/ou produtos entregues.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO**

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado que deu origem à licitação, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

I. Após o transcurso desse prazo, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, acumulado no período;

II. O reajuste, se concedido, não terá efeitos retroativos à data anterior ao protocolo do pedido, e somente será aplicado após análise e autorização expressa da Administração.

**Subcláusula primeira.** O cálculo do reajustamento será procedido aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \frac{(I - I_0)}{I_0}, \text{ onde:}$$

R: Valor do reajustamento procurado;

I: Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

I<sub>0</sub>: Índice de preço do mês da data base do orçamento; e

V: Valor do pagamento solicitado a preços iniciais do contrato.

**Subcláusula segunda.** A data base do orçamento baseia-se no mês da data base do referencial de preço. Sendo assim, o primeiro reajuste poderá ser concedido respeitando o princípio da anualidade, conforme disposto no art. 3º da Lei Federal n. 10.192/2001.

**Subcláusula terceira.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**Subcláusula quarta.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**Subcláusula quinta.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que solicitado.

**Subcláusula sexta.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Subcláusula sétima.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Subcláusula oitava.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Subcláusula nona.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLAÚSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento deste contrato serão oriundos de Recursos próprios, conforme segue:

Despesa	Subelemento/Complemento	Valor Bloqueado R\$

### CLAÚSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a prestação dos serviços.

**Subcláusula primeira.** A nota fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail [nfe@maravilha.sc.gov.br](mailto:nfe@maravilha.sc.gov.br).

**Subcláusula segunda.** O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após recebimento da nota fiscal por parte do Município, mediante repasse direto na conta corrente da Contratada, cujos dados bancários (nº. do Banco, número da Agência com dígito e número da Conta com dígito) devem ser informados à Contratante, inseridos na própria NF ou através de documento a ela anexado.

**Subcláusula terceira.** Juntamente com a nota fiscal deverá ser apresentado prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**Subcláusula quarta.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção do valor para o INSS e, se for o caso, do ISS e IRPJ, consoante legislação.

**Subcláusula quinta.** A não apresentação dos documentos enumerados na subcláusula quinta, implicará na suspensão do pagamento da nota fiscal, até a sua apresentação, não incidindo, neste caso, quaisquer acréscimos de valores referentes a juros, multa ou correção monetária.

**Subcláusula sexta.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### **CLAUSULA SETIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ ENTREGA DO MATERIAL**

Todos os serviços e/ou materiais deverão ser desenvolvidos de acordo com as determinações do presente edital.

**Subcláusula primeira.** Os serviços deverão ser iniciados, obrigatoriamente, em até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de notificação se assim não ocorrer.

**Subcláusula segunda.** Os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas de segurança, cabendo a empresa a responsabilidade por alguma eventualidade.

**Subcláusula terceira.** Todas as despesas relativas à entrega do objeto correrão por conta exclusiva da contratada.

**Subcláusula quarta.** O objeto deverá ser fornecido ao Município pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da Contratada o fornecimento do objeto no local indicado nos projetos, encargos sociais, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais que se fizerem necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

**Subcláusula quinta.** A não entrega do objeto conforme estabelecido, ensejará a revogação do Contrato e aplicação das sanções legais previstas.

**Subcláusula sexta.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

A contratada responderá pelos serviços, atribuições e obrigações definidos por este Edital, contrato e seus anexos.



**Subcláusula primeira.** Compete a CONTRATADA:

**Obrigações Contratuais da Contratada:**

- I. Fornecer o objeto deste contrato de acordo com as especificações e condições estipuladas, permitindo o acompanhamento dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.
- II. Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o fornecimento do objeto.
- III. Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
- IV. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- V. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados ao Município ou a terceiros, durante o fornecimento e execução do objeto.
- VI. Não subcontratar ou terceirizar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do Município a sua aceitação.
- VII. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos ao Município ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto deste contrato.
- VIII. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.
- IX. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- X. Atender a toda a legislação federal, estadual e municipal, afeta à área.
- XI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor.
- XII. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- XIII. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente edital, projeto básico, proposta de preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do objeto ora registrado.
- XIV. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos ao Município ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.
- XV. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XVI. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**XVII.** Atender ao solicitado pela CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato.

**XVIII.** Não subcontratar ou terceirizar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do Município a sua aceitação. Em eventuais pedidos de subcontratação, o contratado, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Contratante, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação.

**XIX.** Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do contrato e os fins a que se destina.

**XX.** Corrigir o objeto executado que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus ao Município de Maravilha.

**XXI.** Responder, quando decorrente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**XXII.** A CONTRATADA responderá pelos serviços, atribuições e obrigações definidos por este Edital, contrato e seus anexos e:

- a) Pela quantificação do objeto executado pela executora para fins de pagamento.
- b) Por registrar em relatório mensal todas as não conformidades e irregularidades constatadas na execução dos serviços, assim como as providências adotadas para corrigi-las.
- c) Por apresentar ao Gestor do contrato, quando requerido, os remanescentes de todos os serviços e insumos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- d) Por executar o controle de qualidade e o controle do consumo dos materiais utilizados nos serviços pela executora.
- e) Por responder pelas obrigações trabalhistas decorrentes de seus funcionários e por cumprir toda a legislação correlata.

**XXIII.** Executar o objeto e obrigações contratuais e informar tempestivamente à fiscalização a constatação de ocorrências em que caibam o registro e a comunicação formal.

**XXIV.** Esclarecer dúvidas e prestar as informações necessárias à completa e à adequada execução dos serviços.

**XXV.** Participar em conjunto com o contratante, da definição de soluções de questões técnicas ou contratuais dos serviços em andamento, seja por rotina ou por iniciativa de qualquer uma das partes envolvidas.

**XXVI.** Acompanhar e verificar se os serviços estão sendo executados de acordo com os procedimentos adequados.

**XXVII.** Participar de reuniões quando convocadas pelo contratante.

**XXVIII.** Elaborar atas de reunião ou outros documentos, quando solicitados pelo contratante.

**XXIX.** Exigir o atendimento a todas as Normas pertinentes a cada serviço.

**XXX.** As informações sobre os serviços devem ser fornecidas suficientes, concretas e tempestivas à fiscalização, particularmente, relativas aos seguintes aspectos:

- a) Qualidade do objeto, com estreita obediência aos procedimentos operacionais.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

- b) Obediência dos dispositivos contratuais, mormente no que respeita à Proposta de preços, qualificação técnica, regularidade fiscal; prazos de atendimento e/ou cumprimento do objeto.
- c) Medição dos serviços executados, conferência das faturas e documentações que acompanham.
- d) Acompanhamento da execução de cada etapa dos serviços.
- e) Solução de problemas operacionais imprevistos.

**XXXI.** Contratada agirá com a mais absoluta discricção e reserva, seja no seu relacionamento com o contratante, seja com terceiros, em todos os aspectos dos trabalhos em execução.

**XXXII.** Observará, ainda, o mais alto padrão ético e as Normas vigentes, no que se refere ao grau de relações técnicas/comerciais e de difusão permitida a documentos oficiais, só procedendo a divulgação com ordem expressa do contratante.

**XXXIII.** A contratada assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

**XXXIV.** Não subcontratar ou terceirizar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do Município a sua aceitação.

**XXXV.** A contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

**XXXVI.** A contratada deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

**XXXVII.** A contratada deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

**XXXVIII.** A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

### **Subcláusula segunda.** Compete ao CONTRATANTE:

- I. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, desde que atendidas às obrigações editalícias e contratuais.
- II. Rejeitar, em todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- III. Fiscalizar a execução do objeto ora contratado, bem como notificar a empresa em caso de necessidade.
- IV. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.
- V. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- VI. Extinguir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- VII. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.



### CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

De acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I. Unilateralmente pelo Município:

- a) se houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) se for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, dentro dos limites permitidos;

II. Por acordo entre as partes:

- a) se for necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) se for necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**Subcláusula primeira.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I desta cláusula, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões previstas no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Subcláusula segunda.** As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas previstas nos art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Subcláusula primeira.** Pela recusa no fornecimento do objeto nos prazos previstos em edital e contrato:

- I. Advertência;
- II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto recusado;



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

III. impedimento de licitar e contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da contratada.

**Subcláusula segunda.** Pelo atraso no fornecimento do objeto, considerando os prazos exigidos no edital e contrato:

- I. Advertência;
- II. Multa de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega da execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:
  - a) na razão de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
  - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- III. impedimento de licitar e contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

**Subcláusula terceira.** Pela entrega do objeto em desacordo com os termos do edital e contrato:

- I. Advertência;
- II. Multa na razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto fornecido em desacordo;
- III. impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

**Subcláusula quarta.** Por causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual:

- I. Advertência;
- II. Ressarcimento ao erário;
- III. Multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto;
- IV. impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 03 (três) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

**Subcláusula quinta.** A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser executada mediante:

- I. Quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;
- II. Desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

- III. Desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- IV. Procedimento judicial.

**Subcláusula sexta.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP- M), ou aquele que vier a substituí-lo.

**Subcláusula sétima.** A sanção de Suspensão consiste no impedimento temporário de participar de licitações e de contratar com o Município de Maravilha, pelo prazo que o Ente Público Municipal fixar, tendo sido arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observando o limite temporal de até 3 (três) anos, respeitando a razoabilidade e proporcionalidade.

**Subcláusula oitava.** Declaração de inidoneidade é a sanção aplicada ao licitante ou contratado, que os impede de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Subcláusula nona.** A sanção relativa a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada em qualquer das infrações administrativas, dependendo da gravidade dos fatos, conforme dispõe o Art. 156, § 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**Subcláusula décima.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Subcláusula décima primeira.** No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o Município informará os dados relativos à sanção por ele aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato tem como seu (sua) fiscal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.



## MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC CIDADE DAS CRIANÇAS

**Subcláusula primeira.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.

**Subcláusula primeira.** Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

**Subcláusula segunda.** As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução deste instrumento, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.

**Subcláusula primeira.** Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e o Município de Maravilha na interpretação das cláusulas do presente contrato que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Maravilha/SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente.

Maravilha, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2026.

VINICIUS VENTURA  
Prefeito do Município de Maravilha  
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
Contratada

Testemunhas:

01.

02.



**MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC  
CIDADE DAS CRIANÇAS**

**Anexo I da Minuta Contratual  
Da gestão e fiscalização do contrato**

**DECLARO** que sou Gestor do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de gerir o cumprimento deste contrato.

**NOME DO GESTOR**  
Cargo

**DECLARO** que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

**NOME DO FISCAL**  
Cargo

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente edital.

**NOME DO PROCURADOR JURÍDICO**  
OAB/SC